



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

EDUCAÇÃO

Será que aumenta, professor?

Governo do Estado deve anunciar, hoje, se adota ou não o piso nacional do magistério em SC

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 10/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 10/5/11
Assunto: Será que aumenta, professor?		Página: 4 e 5

Será que aumenta, professor?

Governo do Estado deve anunciar, hoje, se adota ou não o piso nacional do magistério em SC

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Deve sair hoje um posicionamento do governo do Estado sobre como ficará o salário dos professores da rede estadual, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou, em abril, constitucional o piso nacional dos docentes, que é de R\$ 1.187. Até então, o Estado considerava piso a remuneração total, que somava gratificações.

A decisão sobre adoção do novo valor pode sair após uma reunião entre a Procuradoria Geral do Estado e as secretarias de Administração, Fazenda e Educação. A sinalização do governo é pelo cumprimento do piso nacional, e por descartar os R\$ 1.597, como pede o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC, o Sinte (a diferença seria referente a um reajuste que não teria sido concedido em 2009).

Os trabalhadores deram prazo até amanhã para terem uma proposta do governo. Caso não recebam, o sindicato fala em greve, possibilidade que será debatida, amanhã, em assembleia.

Sem a publicação da decisão do STF no *Diário Oficial União*, o governo do Estado preferiu, ontem, não se posicionar sobre o assunto porque não tem como analisar os aspectos legais do que ficou decidido pelo STF. Apesar disso, a Secretaria de Estado da Educação informou que equipes técnicas estão fazendo estudos, simulações de impacto sobre a folha de pagamento e avaliações legais sobre a aplicação do piso.

A assembleia que o Sinte marcou para amanhã, em Florianópolis, faz parte do Dia de Mobilização Nacional pela Educação,

organizado pelo Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A coordenadora geral do sindicato, Alvet Bedin, disse que caso o governo não apresente proposta em relação ao salário dos professores, eles podem decidir, em votação, pela greve. A paralisação afetaria os cerca de 700 mil alunos da rede estadual de ensino.

– Caso não tenhamos resposta, é quase certo que optemos pela paralisação – alertou Alvet.

Sindicato quer um valor ainda maior

O sindicato pede a aplicação do piso, que a CNTE considerou ser o correto, no valor de R\$ 1.597 e não os R\$ 1.187, que o MEC estipulou. O diretor estadual do Sinte, Luiz Carlos Vieira, explica que a diferença deve-se à ausência do reajuste que deveria ter sido dado em 2009.

Dos 63.710 professores, 34.253 têm remuneração básica abaixo do piso. A readequação do valor pode aumentar em R\$ 15 milhões a folha de pagamento.

Em abril, em entrevista ao *DC*, o governador Raimundo Colombo (DEM) não se mostrou contra a decisão de pagar piso salarial e disse que a maior preocupação era em relação ao item que determina que um terço da carga horária do professor deverá ser reservado para atividades extraclasses.

No final de abril, o STF também se mostrou favorável, em votação, aos 30% dedicados à hora-atividade. Com isso, o Estado deve precisar contratar mais professores.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 10/5/11
Assunto: Será que aumenta, professor?		Página: 4 e 5

Risco de paralisação amanhã

Parte das 1.350 escolas estaduais de Santa Catarina deve paralisar as atividades amanhã, no Dia de Mobilização Nacional pela Educação, organizada pelo Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A paralisação será em todo o país e tem como objetivo pressionar para que o piso nacional seja pago por todos os estados.

O diretor estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de

SC (Sinte), Luiz Carlos Vieira, afirma que a maioria das unidades da Grande Florianópolis vai parar. De acordo com ele, a adesão será forte também na região Oeste e alguns colégios do Sul, Norte e Vale do Itajaí sinalizaram que vão aderir. Para que o calendário escolar e os alunos não fiquem prejudicados com a paralisação, ficou acordado com a Secretaria de Estado da Educação que os professores poderiam paralisar amanhã, desde que repusessem as

aulas perdidas.

– Com a reposição, nenhum trabalhador terá o salário descontado – afirma Vieira.

Em Brasília, 41 entidades filiadas à CNTE estarão concentradas. A programação inclui ato em frente ao Congresso Nacional, reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad, visitas aos gabinetes dos parlamentares e audiência pública na Câmara dos Deputados com o tema qualidade da educação.

O impasse

- **Em julho** de 2008, foi sancionada a lei que estipula piso nacional do magistério para o ensino básico. Os estados tiveram até 1º de janeiro de 2010 para reajustar o valor.
- **O piso** nacional ficou em R\$ 950 para 40 horas semanais. O valor passou por reajuste em 2010 e chegou a R\$ 1.024. Em 2011, foi atualizado para R\$ 1.187.
- **Santa Catarina** e mais quatro estados – Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul – entraram, em julho de 2008, com uma ação questionando a constitucionalidade da lei.
- **Os estados** ganharam uma liminar no STF para não pagar o piso nacional. Pela decisão temporária, o piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário base. Dessa forma, SC cumpria o piso, incluindo abonos que chegam a 40% sobre o salário, além dos R\$ 200 do Prêmio Educar.
- **Em 6** de abril, o STF julgou o mérito e mandou pagar o piso. O STF também votou sobre a hora-atividade. A regra estipula que um terço da carga horária seja para atividades extraclasse, como correções de provas, tarefas, trabalhos e preparação de aulas a serem ministradas.

SC só seria contra carga de trabalho

Quando o piso salarial dos professores passou pelo último reajuste, em fevereiro deste ano, o senador Paulo Bauer (PSDB) divulgou em seu site que o valor de R\$ 1.187,08 ainda era insuficiente para “remunerar uma profissão tão importante quanto a do professor”.

A declaração gerou revolta entre os trabalhadores de educação de SC, porque Bauer era o secretário estadual de educação, na época em que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira assinou o documento que questionava a validade da lei do piso. Apesar disso, o senador reafirmou que o governo do Estado nunca foi contra o pagamento do piso.

– Eramos contra o item que determinava que 30% da carga horária do professor deveria ser dedicada a atividades extraclasse. Defendíamos 20% – justificou.

De acordo com o senador, o Estado precisou assinar o documento contra o piso porque não era possível entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra apenas um aspecto da lei (o dos 30%).

– Cada estado questionava algum ponto e um deles era a constitucionalidade do piso – explicou.

SC passou, então, a considerar piso salarial como a remuneração total, somando as gratificações. Sem concordar com isso, os trabalhadores em educação sempre pediram que o piso fosse o salário base, sem os abonos. Bauer argumentou que, por uma questão política, não foi possível atender às reivindicações. Segundo ele, pagar o salário com abonos sempre fez parte da política salarial do governo LHS.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Reportagem Especial

Data: 10/5/11

Assunto: Será que aumenta, professor?

Página: 4 e 5

Bicos e bancos para ajudar

O ajuste de salário dos professores não se restringirá a investimentos governamentais e valorização da categoria, mas também deve trazer consequências na vida pessoal dos mestres. Ricardo Momm, 36 anos, conta que o salário baixo nos seus 14 anos de magistério trouxe excesso de trabalho e efeitos negativos.

O professor lembra que já teve que trabalhar como consultor de empresa, vendedor de loja e garçom para complementar a renda. Atualmente, ele leciona em duas escolas, em uma média de 60 horas-aula semanais, nos três períodos do dia. Mesmo assim, depende de empréstimos para se manter.

– Falta dinheiro, e como temos que trabalhar mais, falta tempo. A gente cuida das crianças dos outros, mas, na prática, não tem nem como constituir a nossa família – diz ele, que é separado e sem filhos.

Graduado em História e com es-

“

RICARDO MOMM

Professor

A gente cuida das crianças dos outros, mas não tem nem como constituir a nossa família.

pecialização em Psicopedagogia, Ricardo entende que o pior prejuízo da defasagem salarial é na formação e no desempenho do professor. Para fazer pós-graduação, ele teve que aumentar a carga de trabalho, o que o deixou ainda mais sobrecarregado. Também não há incentivos caso queira ingressar no mestrado.

– Nem abono de carga horária.

A doutora em Psicologia do Tra-

balho, Lília Aparecida Kanan, afirma que o baixo salário e a falta de estímulo aos professores podem diminuir a qualidade da educação.

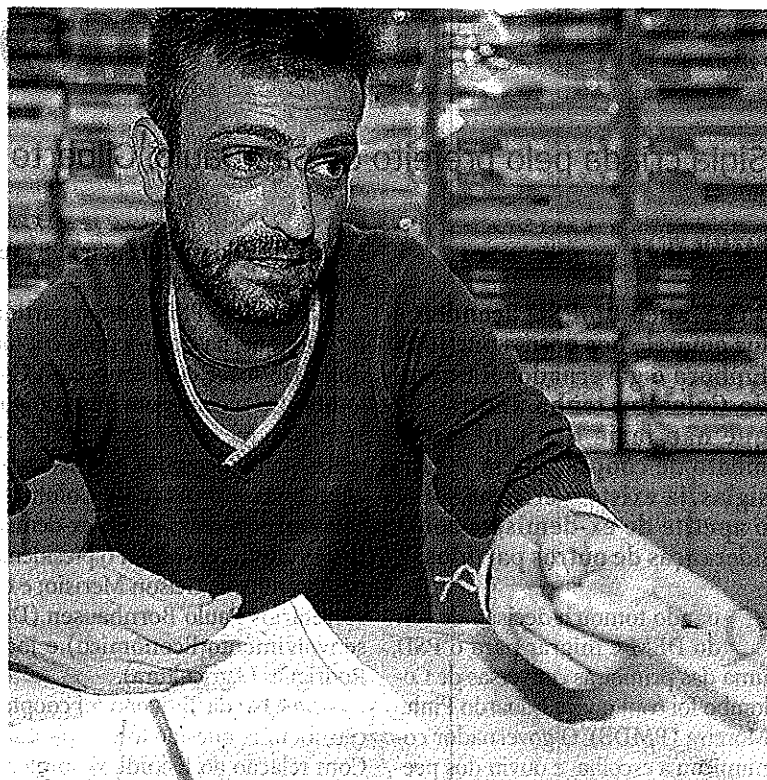
– Pode haver redução do comprometimento, da satisfação, do envolvimento com a carreira e queda da criatividade. Pode ocorrer inclusive o aumento de faltas – explica.

Para ela, com o salário baixo, tende a haver menos profissionais da categoria. Afinal, os estudantes avaliam o mercado de trabalho ao optar por uma carreira. Mesmo assim, segundo Lília, baixa remuneração não significa obrigatoriamente prejuízos na atividade docente.

– Existem professores que encontram metas individuais capazes de compensar a pouca renda.

Ricardo se diz um deles:

– Eu até desanimo e tentei mudar de profissão. Mas não consigo fazer outra coisa; os alunos são meu maior estímulo.

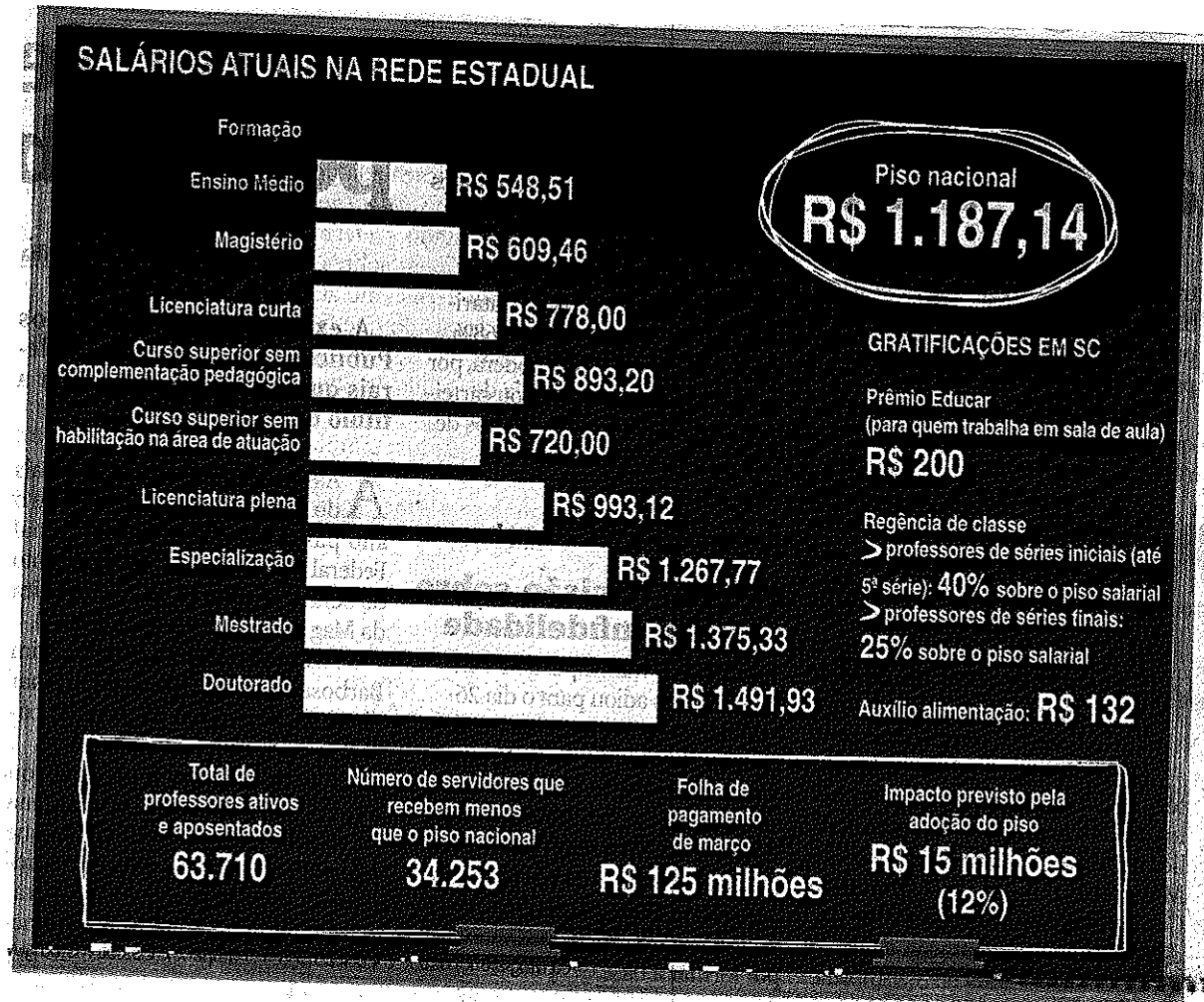


Ricardo Momm leciona em duas escolas e ainda recorre a financiamento



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 10/5/11
Assunto: Será que aumenta, professor?		Página: 4 e 5



66

PAULO BAUER
Senador

Eramos contra o item que determinava que 30% da carga horária do professor deveria ser dedicada a atividades extraclasse. Defendíamos 20%.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.estado	Data: 10/05/2011
Assunto: Professores esperam resposta		Página: 12

Salário Professores esperam resposta

Governo discute hoje a adoção do piso nacional dos educadores

JULIA ANTUNES LORENÇO

Deve sair hoje um posicionamento do governo do Estado sobre como ficará o salário dos professores da rede estadual, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou, em abril, constitucional o piso nacional dos docentes, que é de R\$ 1.187. Até então, o Estado considerava piso a remuneração total, que somava gratificações ao salário-base.

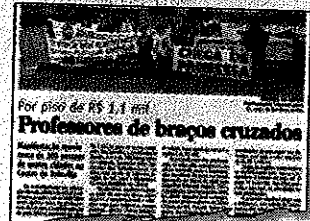
A decisão sobre adoção do novo valor pode sair após uma reunião entre representantes da Procuradoria-geral do Estado e secretarias de Administração, Fazenda e Educação. A sinalização do governo é pelo cumprimento do piso nacional, mas descarta pagar R\$ 1.597, como pede o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (a diferença seria referente a um reajuste não concedido em 2009).

Os trabalhadores em educação deram um prazo de até amanhã para terem uma proposta do governo do Estado. Caso não recebam nada, eles podem entrar em greve, o que será decidido, amanhã, em assembleia. Sem a publicação do acórdão da decisão do STF no "Diário Oficial União", o governo do Estado, ontem, preferiu não se posicionar sobre o assunto porque não tem como analisar os aspectos legais do que ficou decidido pelo STF.

Apesar disso, a Secretaria de Estado da Educação informou que equipes técnicas do governo estão fazendo estudos, simulações de impacto sobre a folha de pagamento e avaliações legais sobre a aplicação do piso. As reuniões estão ocorrendo desde sexta-feira, entre procuradoria e secretarias de Estado da Fazenda, da Administração e da Educação.

A coordenadora-geral do Sinte, Alvet Bedin, disse que caso o governo não apresente nenhuma proposta em relação ao salário dos professores, eles podem decidir, em votação, pela greve. Segundo ela, a paralisação pode prejudicar os cerca de 700 mil alunos matriculados na rede. "Caso não tenhamos resposta, é quase certo que optemos pela paralisação".

Deu em AN



No dia 29 de abril, professores estaduais de Joinville fizeram mobilização defendendo o piso nacional.

Caso não tenhamos resposta, é quase certo que optemos pela paralisação.

ALVETE BEDIN,
coordenadora-geral do Sinte

Com a reposição, nenhum trabalhador terá o salário descontado.

LUIZ CARLOS VIEIRA,
diretor estadual do Sinte



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.estado	Data: 10/05/2011
Assunto: Professores esperam resposta		Página: 12

O impasse

■ Em julho de 2008, foi sancionada a lei que estipula piso nacional do magistério para o ensino básico. Os Estados tiveram até 1º de janeiro de 2010 para reajustar o valor.

■ Pela lei, o piso nacional de professor ficou em R\$ 950 aos docentes da educação básica da rede pública com carga horária de 40 horas semanais e ensino médio completo. O valor passou por um reajuste em 2010 e chegou a R\$ 1.024. Em 2011, o valor foi atualizado para R\$ 1.187. O reajuste leva em consideração o custo de um aluno do ensino fundamental por ano para o MEC, que também é reajustado.

■ Santa Catarina e mais quatro Estados – Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul – entraram, em julho de 2008, com uma ação questionando a constitucionalidade da lei, que, além do piso, estipula uma hora-atividade mínima de 30% da carga horária do docente.

■ Com essa ação direta de inconstitucionalidade (Adin), os Estados ganharam o direito de não pagar o piso. Pelo STF, que ainda não tinha julgado o mérito, piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário-base. Dessa forma, SC cumpria o piso, incluindo abonos

que chegam a 40% sobre o salário, além dos R\$ 200 do Prêmio Educar, para quem trabalha em sala de aula.

■ Em 6 de abril deste ano, o STF julgou o mérito e considerou improcedente a Adin assinada pelos cinco Estados. Sete dos nove ministros foram a favor de manter o piso básico, que é o salário, e não o total da remuneração.

■ Eles também votaram sobre a hora-atividade. A regra estipula que um terço da carga horária seja para atividades extraclasse: correções de provas, tarefas, trabalhos e preparação de aulas.

Categoria para amanhã em protesto

Parte das 1.350 escolas estaduais de Santa Catarina deve paralisar as atividades amanhã, no Dia de Mobilização Nacional pela Educação, organizada pelo Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A paralisação será em todo o País e tem como objetivo pressionar para que o piso nacional dos professores seja pago por todos os Estados.

O diretor estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), Luiz Carlos

Vieira, informou que esteve visitando escolas do Estado e disse que a maioria das unidades da Grande Florianópolis vai parar. De acordo com ele, a adesão é maior na região Oeste. Alguns colégios do Sul, Norte e Vale do Itajaí também sinalizaram que vão aderir ao movimento.

Para que o calendário escolar e os alunos não fiquem prejudicados com a paralisação, ficou acordado com a Secretaria de Estado da Educação que os professores poderiam paralisar

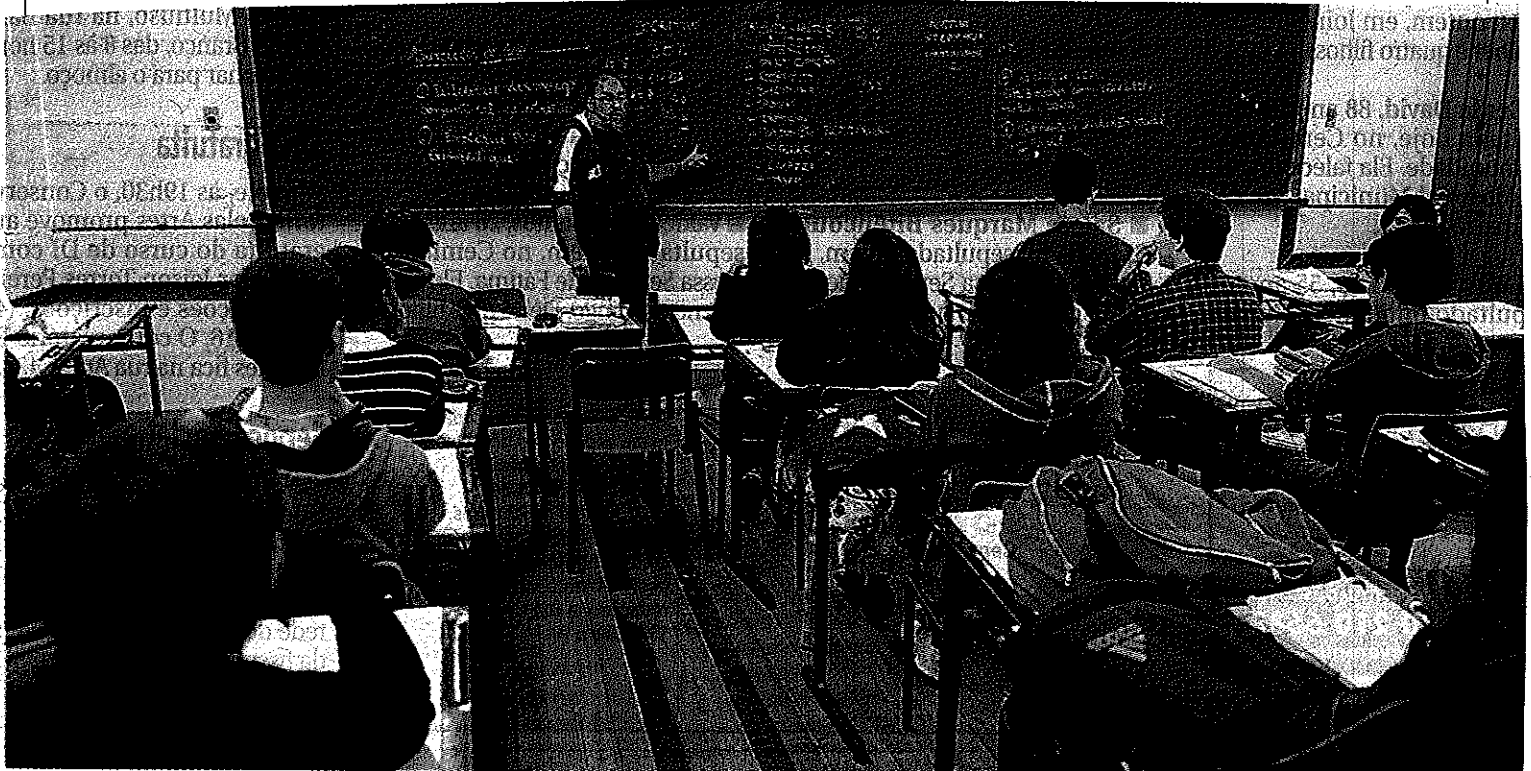
amanhã, desde que repusessem as aulas perdidas. "Com a reposição, nenhum trabalhador terá o salário descontado", observou Vieira.

Em Brasília, 41 entidades filiadas à CNTE estarão concentradas. A programação inclui ato em frente ao Congresso Nacional, reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad, visitas aos gabinetes dos parlamentares e audiência pública na Câmara dos Deputados com o tema qualidade da educação.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.estado	Data: 10/05/2011
Assunto: Professores esperam resposta		Página: 12



EM SALA DE AULA

Segundo o Sinte, dos 63.710 servidores que trabalham na área de educação, 34.253 têm remuneração básica abaixo do piso



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 10/05/2011
Assunto: A máfia da merenda		Página: 3

OPINIÃO DO GRUPO RBS

A máfia da merenda

O ensino básico no País, já fragilizado por deficiências, com escolas precárias, currículos questionáveis e professores mal remunerados, vem sendo saqueado por uma rede de fraudadores da merenda escolar, conforme reportagem do "Fantástico" (8/5). A máfia disseminada por vários Estados, com a cumplicidade de autoridades, manipula licitações e fornece alimentos de péssima qualidade aos alunos. É chocante que, com a conivência de quem deveria fiscalizar, milhares de crianças consumam restos de produtos deteriorados, enquanto empresas terceirizadas aumentam seus lucros de forma criminosa. A situação enfrentada pelos estudantes é uma afronta aos objetivos do fornecimento de merenda e às prioridades do atual governo, que pretende atacar a miséria com o fortalecimento de programas alimentares. A merenda é assegurada pela Constituição e deve fazer parte das políticas públicas inegociáveis. A merenda é distribuída no Brasil desde a década de 1950 e cumpre, cada vez mais, função social decisiva para alunos de escolas localizadas em áreas carentes, com interferência direta no nível de aprendizado. Ao permitir a manipulação do programa da merenda escolar, todos os responsáveis pela gestão das verbas devem prestar contas das cumplicidades e das omissões ao MP e à Justiça. A atuação dos saqueadores de merenda, que degrada ainda mais o ensino brasileiro, é vergonhosa para diretores de escolas, prefeitos, governadores e governo federal.

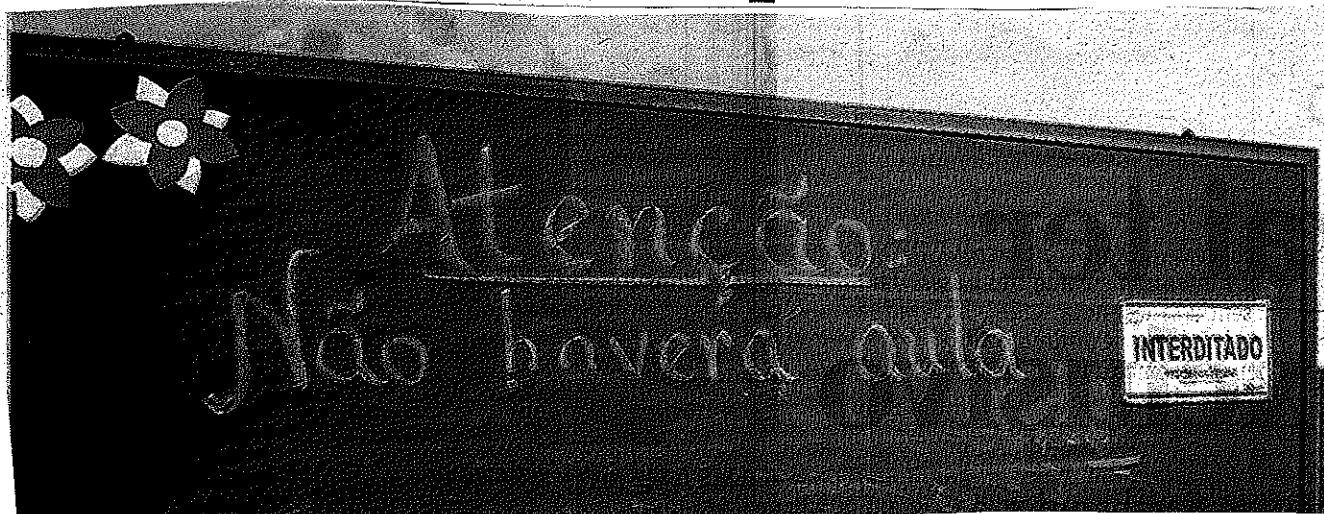


CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN,joinville	Data: 10/05/2011
Assunto: Falta de água suspende aulas		Página: 10

Interdição em Araquari

Falta de água suspende aulas



OGERIO DA SILVA

SEM DATA PARA RETORNO

Vigilância só permitirá que 1,2 alunos voltem a ter aula quando rachadura na caixa d'água for consertada

Reservatório teria sido danificado durante reforma em escola estadual

Aproximadamente 1,2 mil alunos, dos ensinos médio e fundamental, estão sem aulas em Araquari desde a sexta-feira, após uma interdição da Vigilância Sanitária. A Escola Estadual Almirante Boiteux, no Centro, está com o

abastecimento de água comprometido por causa de uma rachadura na caixa d'água. O problema teria sido ocasionado durante a reforma da escola, concluída parcialmente no final de 2010, quando foi construído o reservatório.

De acordo com a diretora da vigilância, Débora Mendes, o defeito impede a higienização das mãos, dos banheiros, cozinha e acesso à água potável nos bebedouros. "Enquanto não houver água, a escola continuará fechada", afirma. Conforme Débora, o

retorno das aulas "depende de a escola resolver o problema e nos chamar para uma nova vitória".

Segundo a diretora da unidade, Dinacarla Nascimento, o projeto da reforma previa um sistema de aproveitamento de água das chuvas, não concluído. "Acredito que somente as caixas d'água não comportem todo o fluxo de água necessário", teoriza. De acordo com ela, um vazamento no reservatório havia sido identificado no início do ano. "Vimos que tinha água vazando,

mas não sabíamos de onde era", conta. Há duas semanas, uma equipe da Casan verificou a situação. "Foi quando descobrimos o vazamento. Até então não havia falta d'água na escola."

A supervisora de educação básica da Gerência Regional de Educação (Gered), Evelisê de Fátima Martins, visitou ontem a escola ao lado de uma equipe de engenheiros. "Queremos resolver o mais rápido possível", garante ela. Dias de aulas perdidos deverão ser repostos durante as férias de julho,

acredita a diretora da escola.

Segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura de Araquari, a escola foi reformada com recursos de R\$ 858 mil do Estado, liberados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) em Joinville. No projeto, estavam previstos pintura, reforma do piso e troca da cobertura e de portas e janelas, além da construção do reservatório, instalação de equipamentos de prevenção a incêndio e de sistema de aproveitamento da água da chuva.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Cidade	Data: 5/05/2011
Assunto: Educação Precária		Página: 12

EDUCAÇÃO PRECÁRIA

Duas escolas estaduais continuam interditadas

Cerca de 1,2 mil alunos da rede estadual continuam sem aulas após duas interdições realizadas pela Vigilância Sanitária em Joinville. Em Pirabeiraba, as más condições dos banheiros, além das rachaduras, vazamentos, goteiras e infiltrações provocaram a interdição da Escola Francisco Eberhardt, localizada na estrada Rio da Prata. São mais de 300 alunos parados, aguardando definição para repor o calendário escolar.

Conforme a gerente regional de Educação, Heliete Steingraber, os alunos serão

removidos para a Univille. “Negociamos sete salas para os períodos matutino e vespertino. Também arcaremos com o transporte para que os alunos não sofram alteração na rotina escolar”, afirmou.

Heliete informou que na Escola Alicia Bittencourt Ferreira, no Profipo, interditada em 26 de abril por causa do rompimento da cisterna, já foi acordado que os 945 alunos ficarão sem férias em julho para repor o conteúdo. “Estamos contratando a empresa que vai fazer a reposição da caixa de água na escola.”



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.destaque	Data: 10/05/2011
Assunto: Improvise para atender a alunos		Página: 6

Educação

Improvise para atender a alunos

Em algumas escolas e CEIs, um professor teve de atender a mais de uma turma

Nas escolas e centros de educação infantil de Joinville, a Secretaria de Educação garante que nenhum aluno foi dispensado, apesar da adesão de 24% dos funcionários ao movimento (dados da Secretaria de Educação).

O número foi questionado pelo presidente do Sindicato dos Servidores Municipais (Sinsej), Ulrich Beathalter, que afirmou que algumas escolas da cidade precisaram dispensar os alunos por causa da adesão dos professores à paralisação.

O secretário da Educação, Marcos Aurélio Fernandes, disse que nenhuma escola ficou sem atividades ontem. O que aconteceu, segundo ele, foi que alguns pais, percebendo a ausência de parte dos professores, resolveram levar os filhos para casa. Foi o que aconteceu, por exemplo, na escola Karin Barkemeyer, no Vila Nova, onde houve a maior adesão: 32 dos 48 funcionários da escola participaram da greve (66,7%).

Segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura, em algumas escolas e CEIs, crianças de diferentes turmas tiveram de ser reunidas em uma mesma sala e acompanhadas por um só professor. Mas ninguém perdeu o dia letivo e, mesmo que 86 merendeiras e cozinheiras tenham aderido à greve, a secretaria também afirma que nenhum aluno ficou sem a refeição. Em algumas escolas, as profissionais responsáveis por cozinhar foram substituídas por funcionários de outras áreas, até da direção.



RECEIO

A vendedora Jaqueline Soares, 24 anos, ficou em dúvida se deixaria ou não as filhas no CEI do Parque Guarani para poder trabalhar. Ela estava com receio, porque, conforme a direção, três professores e quatro auxiliares da unidade aderiram à greve, e o CEI parecia funcionar de maneira improvisada. "Como a merendeira também faltou, a diretora foi para a cozinha", relata Jaqueline, que acabou deixando as meninas no CEI.

Filme no lugar de professor

Uma das situações mais críticas foi na escola Baltasar Buschle, no Parque Guarani. Apesar do aviso em frente a unidade que dizia: "Estamos atendendo normalmente", à tarde alunos de turmas como o 4º ano, do ensino fundamental, por exemplo, não tiveram uma aula normal.

Como estavam sem professor

em sala, eles aguardavam na secretaria, onde a direção informou que eles assistiriam a um filme, junto com alunos de outras turmas. O mesmo ocorreu nas escolas Bernardo Tank, no Vila Nova, onde oito dos 19 funcionários aderiram à greve (42,1%), e na Valentim João da Rocha, onde 18 dos 56 professores não foram dar aulas (32,1%).



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.destaque	Data: 10/05/2011
Assunto: Improvise para atender a alunos		Página: 6

Como fica hoje

A Secretaria de Educação informa que nenhum aluno foi dispensado e que as aulas estão mantidas em todas as 68 escolas e 57 CEIs do município hoje. Nas escolas onde o índice de adesão for maior, os alunos que, eventualmente, ficarem sem professor serão submetidos a outras atividades, como filmes e ações recreativas. Mas ninguém vai perder o dia letivo. Com relação a reposição de conteúdo, a secretaria informa que o assunto deverá ser debatido com os professores após o fim da greve, para que os profissionais que não aderiram ao movimento não venham a ser prejudicados por um calendário de reposição. A Prefeitura reiterou a posição de que irá descontar os dias parados de quem parar.

Regionais

Apesar das faltas em três secretarias regionais, todas atenderam normalmente ontem. Na do Iririú, houve sete faltas; na do Itaum, quatro faltas; e na do Comasa, cinco faltas. Nas secretarias do Centro, Fátima, Paranguamirim, Pirabeiraba, Boehmerwald, Aventureiro, Vila Nova, Boa Vista, Nova Brasília, Jardim Paraíso e Costa e Silva, não houve faltas. Hoje, a previsão é de atendimento normal.

Hoje tem protesto

Outra manifestação deve marcar o segundo dia da greve hoje, às 15 horas, na Câmara. Os servidores foram convocados pelo sindicato para acompanhar a discussão do projeto sobre o vale-alimentação. O sindicato só aceita a troca da cesta básica pelo vale se os servidores não tiverem o valor do benefício descontado na folha. A categoria exige o desconto pelo cartão eletrônico.

Hospital Regional

Por causa da greve no São José, houve aumento na demanda no Hospital Regional, principalmente os de baixa gravidade. Segundo a assessoria do hospital, triplicou o número de pacientes no pronto-socorro. O tempo de espera é de duas horas. Dois clínicos trabalham no atendimento e dois enfermeiros fazem a catalogação de risco das pessoas. No Infantil, também houve aumento de demanda.

Merenda

A Secretaria de Educação de Joinville informou que nutricionistas já desenvolveram um cardápio especial para o período de greve, com ingredientes que exigem menos manipulação de alimentos. A medida faz parte de um plano de contingência, elaborado por cada setor público para enfrentar o período de paralisação. Nenhum aluno está deixando de receber a refeição.

Carta aos pais

A Prefeitura enviou uma carta aos pais dos alunos destacando a proposta feita aos servidores da educação, principalmente aos 2.752 professores. No documento, a Prefeitura fala que a proposta de incorporação do abono de R\$ 200 ao magistério será ampliada para R\$ 225. Além disso, fez comparativo entre os salários dos professores da rede estadual e da rede municipal e como ficaria o rendimento em 2012.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 10/5/11
Assunto: PM promete retomar ronda escolar		Página: online

EDUCAÇÃO

PM promete retomar ronda escolar

Sete casos de agressão foram registrados no último mês

CAMBORIÚ - A Polícia Militar vai retomar as rondas escolares, que estavam suspensas por falta de efetivo policial. A promessa foi feita em uma reunião ontem à tarde, convocada pela prefeita Luzia Coppi Mathias para discutir a falta de segurança nas escolas do município. No último mês foram registrados pela PM sete casos de violência em escolas estaduais e municipais.

O mais recente aconteceu quinta-feira, no colégio Estadual Mário Garcia, no Bairro Lídia Duarte. Doze adolescentes entraram na escola para agredir um aluno do Ensino Médio, de 17 anos. De acordo com a diretora Maria Elisabeth de Sampaio, pelo menos um deles estaria armado:

– Não sei se foi meu instinto de mãe, mas me agarrei ao menino e gritei para que ele fugisse.

A PM foi chamada e cinco pessoas foram detidas, quatro delas adolescentes. Ameaçado, o jovem que passou pela agressão foi mandado para outra cidade.

Programa Acolher e Encaminhar também será reforçado

De acordo com Maria Elisabeth, situações como essa têm acontecido com frequência e assustam pais, alunos e professores.

– Estou pedindo socorro. Não adianta depois colocarmos flores e fotos de alunos na frente da escola. Quero que eles se sintam seguros – disse a diretora durante a reunião, que contou com a presença de representantes das polícias Civil e Militar, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), conselho tutelar e associações de moradores.

O comandante da PM em Camboriú, capitão Alexandre Von Knoblauch, admitiu que as rondas escolares foram suspensas em função da falta de efetivo. Segundo ele, quatro policiais precisaram de licença médica, e foi impossível manter o serviço. Hoje, Camboriú tem 39 policiais militares, que se dividem em turnos.

Além da retomada das rondas, outras ações também foram determinadas na reunião. Entre elas, a implantação de programas de prevenção à violência nos colégios e reforço no programa Acolher e Encaminhar, em



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br: Contato:32216161

que adolescentes encontrados nas ruas após as 23h são levados para casa. Além disso, a prefeitura de Camboriú vai encaminhar um ofício ao governador Raimundo Colombo, pedindo apoio no combate às agressões escolares.

dagmara.spautz@santa.com.br

DAGMARA SPAUTZ



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 10/5/11
Assunto: PM promete retomar ronda escolar		Página: online

EDUCAÇÃO

“ Me apavorei. É desesperador. Meu filho é um menino bom”

Entrevista: mãe de adolescente agredido

O Jornal de Santa Catarina conversou com a mãe de um estudante de 17 anos que foi vítima de outros adolescentes. Como o garoto foi ameaçado de morte, ele deixou Camboriú. O nome dela não está sendo divulgado para que o adolescente não seja identificado.

Jornal de Santa Catarina - Como você ficou sabendo que seu filho estava sendo ameaçado?

Ele me ligou e disse que tinha rapazes na frente da escola para pegá-lo. Pedi que ele me esperasse, que eu daria um jeito de buscá-lo. Ele acabou indo embora com o meu cunhado, de moto, e alguns rapazes ainda correram atrás da moto de bicicleta para tentar bater nele.

Santa - Ele já tinha passado por uma situação como essa?

Um dia antes já tinham batido nele. Ele chegou em casa com um olho roxo. Disse que foi por causa de uma menina.

Santa - Como você reagiu?

Me apavorei. É desesperador. Meu filho é um menino bom, de manhã estuda, à tarde é voluntário na biblioteca da escola. Eles disseram que não adiantava meu filho fugir, que iriam pegá-lo outro dia. Então resolvi mandar ele para outra cidade.

Santa - Como estão sendo esses dias sem o seu filho?

Não é fácil, mas não tem outro jeito: não dá para facilitar. Ele também está desesperado, porque nunca tinha saído de perto de mim. O que espero é mais segurança, porque não posso deixá-lo fora da escola.



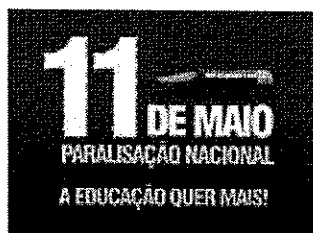
CLIPPING

Veículo: http://www.cnte.org.br/	Editoria: Brasil	Data: 10/5/11
Assunto: Paralisação nacional é nesta quarta		Página: online

Paralisação nacional é nesta quarta!



Semana mobilizará trabalhadores em educação pública pela aprovação do PNE e pelo cumprimento da Lei do PISO com paralisação nacional dia 11 de maio



A partir de hoje até o dia 13 de maio a CNTE promoverá a Semana de Mobilização pela Educação. O objetivo é pedir aos parlamentares a aprovação ainda este ano do Plano Nacional de Educação (PNE) e cobrar dos gestores públicos o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) - Lei 11.738/08. O ponto alto da semana será a paralisação nacional na quarta-feira, 11 de maio. Neste dia, representantes das 41 entidades filiadas à CNTE se concentrarão em Brasília. A programação inclui ato em frente ao Congresso Nacional, reunião com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, visitas aos gabinetes dos parlamentares e audiência pública na Câmara dos Deputados com o tema qualidade da educação. Os sindicatos de educação de todos os estados organizarão suas atividades locais.

O PISO é Constitucional

A Semana acontece em um momento crucial para a educação pública brasileira. Recentemente, os educadores conquistaram uma vitória com o fim do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.167, em que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram pela constitucionalidade da Lei do Piso do magistério. “Com esta decisão do STF, não há mais desculpas para os prefeitos e governadores não aplicarem a lei em seus municípios e estados”, afirmou o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão.

Porém, a vitória dos educadores não encerra a luta da categoria. Mesmo considerando a hora aula-atividade constitucional (questionada pelos governadores), é possível que alguns gestores, que não têm compromisso com a educação de qualidade, não apliquem efetivamente a Lei. Nestes casos, a CNTE orienta que os sindicatos ingressem com ação judicial nos tribunais estaduais.

Plano Nacional de Educação



O Plano Nacional de Educação também está no centro dos debates dos educadores durante a Semana Nacional de Mobilização. O Projeto de Lei do PNE (PL nº 8.035/10) foi enviado ao Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2010 e deve alcançar suas metas até 2020.

A CNTE não tem dúvidas de que o sucesso do PNE se dará com o cumprimento das deliberações da Conae, que adota como referência a luta por uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade socialmente referenciada. “A experiência que tivemos com o PNE 2001/2010 deixou traumas na comunidade educacional, pois preteriu a maior parte das propostas construídas pela sociedade brasileira”, lembrou Roberto Leão ao destacar os vetos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso a alguns itens do PNE 2001/2010, dentre eles, o que se referia à destinação de 7% do PIB à educação.

Atualmente o PNE está em trâmite na Câmara dos Deputados. Uma das propostas da CNTE ao PNE é que sejam destinados 10% do PIB à educação pública até 2014, e não apenas 7% até 2020, como proposto pelo MEC.

Marcha dos Prefeitos

A mobilização coincide com a realização da Marcha dos Prefeitos, que acontece em Brasília de 10 a 12 de maio. Os educadores irão aproveitar a presença dos prefeitos na capital federal para cobrar a efetiva implementação da Lei do Piso. “Existe uma história de que o pagamento do Piso aos educadores quebrará os cofres públicos. O que quebra os municípios e estados não é o pagamento do Piso, mas o desvio de verbas, como o que é destinado à educação pelo Fundeb. O trabalho desenvolvido pelos professores é tão árduo que até este valor estipulado pelo MEC ainda é baixo”, ressaltou Leão. O presidente da CNTE se refere ao valor de R\$1.187,97 proposto pelo MEC e que se contrapõe ao valor de R\$1.597,87, requerido pela CNTE.

O discurso de que não há verbas para o pagamento do Piso também não convence, pois no início de março, o MEC publicou Portaria (nº 213/2011) definindo critérios para os entes federados requererem a complementação da União para pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério.

Cálculo do Fundeb

Recentemente, a CNTE percebeu um erro de cálculo do valor per capita anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (fundeb) em 2010. Em abril do ano passado, o valor mínimo foi estimado em R\$1.414,85 e somente agora se verificou que deveria ter sido R\$1.529,97. A desatenção em relação à arrecadação fiscal se deve ao descaso dos ministérios da Fazenda e da Educação em não divulgar, periodicamente, os boletins de



execução do Fundeb, em nível nacional.

Esta sistemática de acompanhamento da execução orçamentária, aplicada durante todo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e, lamentavelmente, omitida desde o início do Fundeb, tem dificultado o controle social das verbas do Fundo da Educação Básica. Caso as informações tivessem sido repassadas à sociedade, certamente o valor per capita do Fundeb de 2010 teria sofrido reajuste, naquele mesmo ano, dado que as receitas efetivas dos fundos estaduais encontravam-se significativamente superiores que as previstas nos orçamentos.

Diante disso, a CNTE acredita que a quantia de R\$ 1,25 bilhão do repasse atrasado deve ser devidamente aplicada sob os critérios legais, devendo os ministérios públicos e tribunais de contas serem acionados em caso de descumprimento por parte dos gestores públicos.

Programação – 11 de maio em Brasília

9:00 – Concentração na tenda da CNTE (em frente ao Congresso Nacional)

10:00 – Visita aos gabinetes dos parlamentares (Câmara dos Deputados)

14:30 – Audiência Pública na Comissão Especial do PNE (Plenário 10, do Anexo II, da Câmara dos Deputados)

17:00 – Panfletagem aos prefeitos(as) (entradas do Congresso Nacional)

(CNTE, 09/05/11)



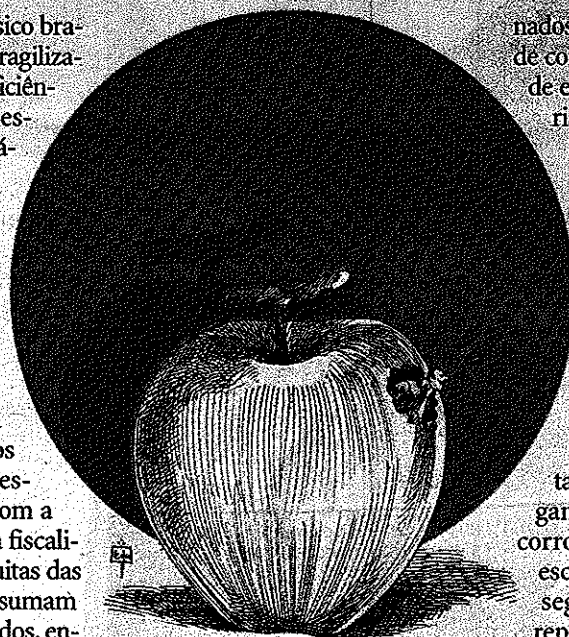
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 10/5/11
Assunto: A máfia da merenda		Página: 12

A MÁFIA DA MERENDA

O ensino básico brasileiro, já fragilizado por deficiências, com escolas precárias, currículos questionáveis e professores mal remunerados, vem sendo saqueado por uma rede de fraudadores da merenda escolar. A máfia disseminada por vários estados, com a cumplicidade de autoridades, manipula licitações e fornece alimentos de péssima qualidade aos estudantes. É chocante que, com a conivência de quem deveria fiscalizar, milhares de crianças, muitas das quais de regiões pobres, consomem restos de produtos deteriorados, enquanto empresas terceirizadas, organizadas em cartéis, aumentam seus lucros de forma criminoso.

A situação degradante enfrentada pelos estudantes é uma afronta aos objetivos do fornecimento de merenda e às prioridades do atual governo, que pretende atacar a miséria extrema com o fortalecimento de programas alimentares. A merenda escolar é um direito assegurado pela Constituição e deve fazer parte das políticas públicas inegociáveis, em quaisquer circunstâncias. Com verbas fartas, calculadas este ano em R\$ 3 bilhões, distribuídas através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a alimentação assegurada pelos colégios públicos transformou-se em uma das mais rentáveis fontes de corrupção. Grupos organizados, que se articularam em todo o país, forjam concorrências, manipulam preços e acabam fornecendo produtos com



Ao permitir a manipulação do programa da merenda escolar, todos os responsáveis pela gestão das verbas devem prestar contas das cumplicidades e das omissões ao MP e à Justiça.

qualidade muito abaixo do padrão recomendado pelo próprio governo.

Reportagem do *Fantástico* do último domingo expôs como as quadrilhas agem e revelou a impotência de professores e funcionários de escolas diante das pressões exercidas pelos cúmplices de um esquema que envolve ocupantes de cargos públicos. Alimentos vencidos ou mal armaze-

nados e, muitas vezes, sem condições de consumo são servidos a crianças de escolas de cidades das mais variadas regiões do país, o que confirma a suspeita do Ministério Público de que uma máfia age de forma organizada em todo o território nacional.

Ficou evidente, nos casos abordados, que, ao abrir mão de suas atribuições e terceirizar serviços, municípios e estados facilitam a ação dos fraudadores, que têm ramificações em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. A ganância dos terceirizados e dos corrompidos faz com que muitas escolas ignorem uma lei de 1999, segundo a qual 30% das verbas repassadas pelo governo federal devem ser destinadas à compra de produtos oriundos da agricultura familiar. Corrompe-se também a intenção de fornecer uma merenda diversificada e nutritiva e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento econômico das comunidades no entorno dos colégios.

A merenda é distribuída no Brasil desde a década de 1950 e cumpre, cada vez mais, função social decisiva para alunos de escolas localizadas em áreas carentes, com interferência direta no nível de aprendizado. Ao permitir a manipulação do programa da merenda escolar, todos os responsáveis pela gestão das verbas devem prestar contas das cumplicidades e das omissões ao MP e à Justiça. A atuação dos saqueadores de merenda, que degrada ainda mais o ensino brasileiro, é vergonhosa para diretores de escolas, prefeitos, governadores e governo federal.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 10/5/11
Assunto: Instituições têm prazo até o fim da semana para informar dados ao censo		Página: online

Instituições têm prazo até o fim da semana para informar dados ao censo

As instituições públicas e particulares de educação superior de todo o país têm prazo até a próxima sexta-feira (13), para informar, pela internet, os dados do Censo da Educação Superior de 2010. O levantamento abrange informações individualizadas sobre as instituições, cursos, professores e estudantes.

Os responsáveis pelo preenchimento das informações para o censo podem fazer alterações e inclusões a qualquer momento, pois o sistema está disponível de forma permanente. Este ano, a coleta de informações estará integrada ao cadastro e-MEC, de forma a evitar que os dados sejam informados mais de uma vez para os diferentes sistemas do Ministério da Educação (MEC), agora baseados num mesmo cadastro de instituições e de cursos.

Encerrado o prazo de preenchimento das informações, as instituições de ensino terão o período de 16 a 23 próximos para verificar a consistência dos dados enviados. Em seguida, o sistema de recebimento será reaberto, do dia 24 deste mês até 13 de junho, para eventuais correções e validação das informações. Os dados consolidados serão divulgados no fim de julho.

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), oferece informações detalhadas sobre a situação dessa etapa do ensino no país. O levantamento reúne informações sobre instituições, professores, cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes.

O preenchimento dos dados deve ser feito exclusivamente na [página eletrônica](#) do censo. Confira todas as informações relativas aos novos prazos do censo na [Portaria Inep n.º 85](#), de 12 de abril deste ano.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 10/5/11
Assunto: Comissão da Câmara discute Plano Nacional de Educação		Página: online

Comissão da Câmara discute o Plano Nacional de Educação

A comissão especial sobre o Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10) realiza audiência pública nesta quarta-feira (11) sobre a qualidade da educação. O debate foi proposto pelo relator da comissão, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR). A comissão é presidida pelo deputado Gastão Vieira (PMDB-MA).

Foram convidados representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Movimento Todos pela Educação.

Instalada em 13 de abril, a comissão analisa a proposta de política educacional do governo para o decênio 2011-2020. O projeto estabelece que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) será investido em educação ao longo desse período. Esse mesmo percentual já estava previsto no PNE anterior (2001-2010), mas entidades que atuam na área afirmam que a meta não foi cumprida. Pelos cálculos do Ministério da Educação (MEC), a implantação do novo plano custará R\$ 80 bilhões. A edição de um novo Plano Nacional de Educação a cada década está prevista na Constituição.

A reunião será realizada às 14h30 no plenário 10.

Clipping

CNTE

Um equívoco (Artigo)

• Data: 10/05/2011
• Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
• Editoria: OPINIÃO
• Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

VLADIMIR SAFATLE O Ministério da Educação está prestes a cometer um grave equívoco. Na semana passada, o Conselho Nacional de Educação aprovou diretrizes "flexibilizando" o ensino médio. Tais diretrizes dão às escolas públicas e privadas autonomia para compor a grade curricular de seus alunos a partir de quatro obscuros eixos temáticos: trabalho, tecnologia, ciência e cultura.

Tal possibilidade de composição visa, entre outras coisas, favorecer o agrupamento de disciplinas, que se organizarão a partir de projetos comuns capazes de levar em conta os interesses específicos das comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

As novas diretrizes ainda sugerem que a lei que aumenta em 20% o número de horas-aula leve em conta atividades fora da sala de aula.

O argumento para a primeira modificação é a adequação às particularidades. Uma escola em área industrial poderia, assim, dar mais ênfase a disciplinas como física e química. Certamente, para fornecer mão de obra mais adequada para as indústrias locais.

Uma outra, estabelecida em área turística, talvez pudesse ensinar uma versão "Club Med" de geografia.

Vejam que interessante. Em um momento no qual se insiste na necessidade de formações capazes de abrir nossos alunos para realidades globais, resolve-se formá-los para trabalhar melhor na fábrica de tecidos da esquina. Como se eles passassem o resto de suas vidas no mesmo lugar.

Há de se perguntar se não necessitaríamos, na verdade, da definição de um currículo básico unificado a ser ministrado em todas as escolas e cuja aplicação adequada seria objeto de avaliação feita por uma inspetoria nacional.

Não creio haver alguém que discorde da importância de ensinar, de maneira aprofundada, as causas da Segunda Guerra, equações de segundo grau, o sistema literário brasileiro e as leis de Newton, em São Paulo ou em Roraima.

Podemos não estar de acordo sobre todos os conteúdos, mas se o Ministério da Educação ouvisse diretamente os professores, certamente ele seria capaz de criar um currículo básico que não colocaria nossos alunos à mercê dos caprichos do dia.

Tais caprichos ficam claros em ideias como "agrupamento de disciplinas". Trata-se de organizar os conteúdos através dos interesses mais imediatos, normalmente aqueles ligados a notícias que aparecem na imprensa.

Assim, se a notícia do mês é o terrorismo islâmico, então agrupa-se disciplinas de história, geografia etc. para "criar projetos" capazes de dar conta da curiosidade geral.

Se nada aparecer sobre "ditadura militar", então seus conteúdos serão secundarizados. O mínimo que se pode dizer é: triste o país que forma seus adolescentes ao sabor dos ventos.

VLADIMIR SAFATLE é jornalista e escreve às terças-feiras nesta coluna.

Clipping

CNTE

SEDUC investe mais de R\$ 18 milhões em novas escolas profissionalizantes

• Data: 10/05/2011
• Veículo: 180 GRAUS
• Editoria:
• Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

educação - 10/05/2011 às 06:57h

A previsão é que as sete escolas agrotécnicas sejam construídas no interior

Compartilhar no Orkut

A Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), através do programa Brasil Profissionalizado, já está trabalhando na construção de nove escolas de ensino técnico, com investimentos que devem ultrapassar os R\$ 18 milhões.

De acordo com o diretor da Unidade de Educação Técnica e Profissional, Reinaldo Lopes, a SEDUC está entrando na fase de licitação de duas escolas técnicas denominadas padrão, uma na região do Grande Dirceu e outra na cidade de Esperantina, ambas com anfiteatro, refeitório, ginásio poliesportivo e capacidade para 1.500 alunos cada uma.

"Hoje são R\$ 18 milhões em investimentos, mas esse número pode aumentar para mais de R\$ 20 milhões, pois cada escola padrão custa em torno de R\$ 7 milhões e cada uma das sete escolas técnicas menores fica entre R\$ 1,5 e R\$ 2 milhões", explica Reinaldo.

A previsão é que as sete escolas agrotécnicas sejam construídas nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Santa Cruz do Piauí, Lagoa do Piauí e Valença. Como o órgão estadual ainda está fechando o plano de trabalho junto ao MEC, ainda não foram confirmadas todas as cidades que serão contempladas com essas escolas, mas o processo já está bem adiantado e, em breve, a primeira parcela do convênio, equivalente a 25% do contrato, deverá ser liberada para a abertura do processo licitatório.

Reinaldo afirma que a tendência é substituir a expressão escola agrotécnica para Centros Estaduais de Ensino Profissionalizante (CEEP), assim como as demais. Segundo ele, as escolas agrotécnicas serão chamadas apenas de escolas técnicas, já que não terão mais somente cursos da área de agropecuária.

"Agora, vamos abrir o leque de cursos técnicos nessas escolas menores. Mas elas continuarão oferecendo os cursos que oferecem hoje, com a diferença que também serão ofertados cursos voltados para os arranjos produtivos locais de cada município, tanto nas que serão instaladas quanto nas que já estão funcionando", finalizou.

Além desse plano de construção de novas escolas, a SEDUC está com 25 escolas da rede estadual de ensino profissionalizante em processo de reforma e ampliação em todo o Piauí, um investimento de mais de R\$ 24 milhões.

Clipping

CNTE**09/05/2011 - Gentileza gera gentileza**

↳ Data: 09/05/2011
↳ Veículo: BBC NEWS
↳ Editoria:
↳ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Ele acreditava que somente com gentileza a violência, "fruto do capital capeta que vende tudo e destrói tudo", poderia ser superada. José Dadrino (1917-1996), que se notabilizou como o Profeta Gentileza na década de 80 no Rio de Janeiro, escreveu em 56 pilastras do Viaduto do Caju sua crítica à sociedade de consumo e pintou também nas colunas o cerne de sua filosofia: "Gentileza gera gentileza, amor". No auge dos anos 80, quando a juventude brasileira se revirava em poesia e música inteligente em busca de identidade, política e ideologia para viver, José Dadrino encarnou o profeta magro, alto e andarilho, sempre de túnica e barba branca espalhando sorrisos, acenos e mensagens de paz. Era como se o Redentor tivesse descido do Corcovado, ganhasse forma e o dom de falar diretamente com os mortais. - "Gentileza meus filhos. Não usem problemas. Não usem pobreza. Usem amor. E a natureza tem beleza, bondade e ri". Muita gente perdeu o hábito de dar bom dia, dizer agradecido, com licença ou disponha. Pior que estas são aquelas que não foram educadas e desconhecem as noções básicas de civilidade. José Dadrino, ao ser chamado de louco, respondia: - "Sou maluco para te amar e louco para te salvar". Vamos imaginar duas situações, uma com gentileza e outra da forma como tem ocorrido quase que diariamente. Na primeira, dois carros se fecham em um dia qualquer de novembro em Campo Grande. Os motoristas discutem, um deles saca uma arma e dispara matando imediatamente um menino de apenas dois anos que estava no banco traseiro de um dos automóveis envolvidos. Uma vida inteira jogada fora por um motivo fútil, inútil, descabido. Atitude que os policiais chamam de desinteligência. Na segunda, dois carros se fecham em um dia qualquer, um motorista olha para o outro, pede desculpas e ainda deseja bom dia. O outro condutor, por sua vez, responde com um sorriso que não foi nada, reforça o desejo de um dia feliz e produtivo e vai embora. A vida prossegue naturalmente e o melhor: a criança cresce, rala o joelho aprendendo a andar de bicicleta, estuda, se apaixona, se casa e cria filhos como deveria ocorrer no curso natural das coisas. Você já parou para pensar que tipo de civilização nós estamos criando? Há poucos anos apreensões de maconha e cocaína eram contabilizadas por quilos. Hoje por toneladas. Já parou para pensar quem consome isso tudo? Não são aqueles meninos pobres e abandonados pelo Estado, de 13 a 19 anos, sem acesso à educação e que vivem nas favelas armados de AK-47 até os dentes. Há uma legião de gente infeliz no mundo, se picando, se drogando, fumando e bebendo até cair. Se houvesse gentileza, comunicação, honestidade e respeito nas relações humanas a vida não seria mais suportável? Tem coisa pior que chegar ao trabalho e dar de cara com o chefe do setor ou o dono da empresa com aquela cara de carranca? Tem coisa pior que conviver horas do dia com um sujeito que acha que o mundo tem que suportar seu mau humor só porque ele está um ponto acima de você em uma escala hierárquica? Não seria o caso da pessoa resolver seus problemas particulares particularmente ou se for profissional resolver civilizadamente com os colegas de

trabalho ou com ajuda médica, em última instância? Mau humor é pior que AIDS. Não existe preservativo no mundo capaz de nos proteger contra a infelicidade alheia. Proponho que 11 de abril, data de nascimento de José Datrino, seja criado o Dia Nacional da Gentileza. Da mesma forma que existem dias para nos alertar sobre a pressão alta, o câncer e a AIDS, em 11 de abril o país inteiro pararia para refletir sobre como mudar hábitos elementares pode ser saudável. Reportagens seriam lidas nos jornais, internet, revistas e vistas nas televisões. Entrevistas em rádios com personagens nos fariam compreender como a vida de alguém se transformou totalmente a partir da adoção de práticas gentis. Ser gentil não é sinônimo de fraqueza. É totalmente possível também discordar de alguém sem iniciar a terceira guerra mundial. Ter opinião divergente não é crime. No mais, espere a sua vez. Ela sempre chega. Não há absolutamente nada de desprezível em ser elegante e agradável. Para exercer a gentileza basta querer. Não é preciso ter curso superior com pós-graduação e doutorado. Não precisa ser rico, milionário ou o feliz ganhador da mega sena. Basta começar a pensar que gentileza gera gentileza, amor. Na década de oitenta, a mesma da ecologia e do bordão "salvem as baleias", o foco era redimir o planeta a partir da natureza. Hoje, ainda no início desse novo milênio, o ser humano precisa pensar seriamente em se salvar para poder cuidar inclusive das baleias, das focas, das araras, dos ursos, dos cães e das crianças abandonadas nas ruas, nas caçambas e nos lixões. O primeiro passo para a cura é admitir e diagnosticar a doença. O mundo adoeceu em consequência da infelicidade do ser humano. Quanto dinheiro é necessário para ser feliz? Que venha o Dia Nacional da Gentileza. Vidas poderão ser salvas. Agradecido. PAULO RENATO COELHO NETTO é jornalista, pós-graduado em marketing www.paulorenato.net.br

Clipping

CNTE**Com apoio do setor financeiro, projeto quer levar esporte a escolas**

✦ Data: 10/05/2011
✦ Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
✦ Editoria: BRASIL
✦ Jornalista(s): João Villaverde
✦ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

João Villaverde | De São Paulo

Estádios, aeroportos, rede hoteleira e rodovias ficarão como legado dos investimentos da Copa do Mundo de futebol de 2014, e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Preocupado com a falta de discussão em torno de um "legado social" oriundo dos grandes eventos esportivos, o ex-jogador de futebol Raí lançou mão da associação Atletas pela Cidadania, presidida por ele, para tocar um projeto ousado: levar o esporte educacional a 80% das escolas públicas entre 2014 e 2016, e para todas as escolas do país até 2022. O projeto, que será divulgado hoje no Museu do Futebol, em São Paulo, conta com parceria do Itaú Unibanco, que ficará encarregado da gestão do fundo que será lançado para financiar a empreitada.

A ideia da organização é fechar uma parceria com os ministérios da Educação e do Esporte, em nível federal, e a partir daí visitar cada uma das 12 cidades que receberão jogos da Copa do Mundo para reuniões com integrantes dos governos regionais e dos municípios. A iniciativa conta com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e deve contar com aportes financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que complementará o fundo administrado pelo Itaú Unibanco - os recursos foram captados com os atletas filiados à entidade presidida por Raí, mas a partir da aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que deve ocorrer em 20 dias a partir de hoje, serão aceitas doações de empresas e pessoas físicas.

Mais que o convencimento das autoridades públicas, o maior entrave da iniciativa será a falta de infraestrutura escolar - de espaços físicos aptos a receber aulas de esporte até professores habilitados. Segundo o Censo Escolar, levantado pelo Ministério da Educação em 2009, apenas 18% das escolas municipais do ensino fundamental têm quadras esportivas, e 31% delas não contam com professores de educação física.

"Precisamos amarrar o setor público, de forma a tornar compulsório o investimento em aulas de esporte nas escolas públicas", diz Raí. Segundo Daniela Castro, coordenadora-executiva da Atletas pela Cidadania e organizadora do projeto, a ideia é aproveitar os holofotes nos grandes eventos esportivos para "mostrar aos secretários, prefeitos, governadores e ministros que a implementação do projeto terá forte retorno social".

A entidade já conseguiu dos ministros Fernando Haddad, da Educação, e Orlando Silva, do Esporte, o comprometimento com a criação de um comitê interministerial para acompanhamento do projeto. O comitê deve ser formado no segundo semestre, quando as expedições da associação dos atletas às 12 cidades-sedes começarão.

"Trata-se de uma iniciativa inovadora", diz Denise Hills, superintendente de Sustentabilidade do Itaú Unibanco, "porque a ONU mesmo destacou que não há registro de uma associação de atletas entrar com dinheiro próprio para tentar implementar, junto ao setor público, aulas de esportes para todas as escolas".

Na apresentação do projeto, hoje, além de divulgar o apoio da Procter & Gamble, a Atletas pela Cidadania contará com a presença de alguns integrantes, como as ex-jogadoras de basquete Hortência e Paula, Clodoaldo Silva, da natação paraolímpica, e Ana Moser, do vôlei. Ao todo, são 120 convidados.

Clipping

CNTE

Com apoio do setor financeiro, projeto quer levar esporte a escolas

✧ Data: 10/05/2011
✧ Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
✧ Editoria: BRASIL
✧ Jornalista(s): João Villaverde
✧ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

João Villaverde | De São Paulo

Estádios, aeroportos, rede hoteleira e rodovias ficarão como legado dos investimentos da Copa do Mundo de futebol de 2014, e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Preocupado com a falta de discussão em torno de um "legado social" oriundo dos grandes eventos esportivos, o ex-jogador de futebol Raí lançou mão da associação Atletas pela Cidadania, presidida por ele, para tocar um projeto ousado: levar o esporte educacional a 80% das escolas públicas entre 2014 e 2016, e para todas as escolas do país até 2022. O projeto, que será divulgado hoje no Museu do Futebol, em São Paulo, conta com parceria do Itaú Unibanco, que ficará encarregado da gestão do fundo que será lançado para financiar a empreitada.

A ideia da organização é fechar uma parceria com os ministérios da Educação e do Esporte, em nível federal, e a partir daí visitar cada uma das 12 cidades que receberão jogos da Copa do Mundo para reuniões com integrantes dos governos regionais e dos municípios. A iniciativa conta com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e deve contar com aportes financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que complementará o fundo administrado pelo Itaú Unibanco - os recursos foram captados com os atletas filiados à entidade presidida por Raí, mas a partir da aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que deve ocorrer em 20 dias a partir de hoje, serão aceitas doações de empresas e pessoas físicas.

Mais que o convencimento das autoridades públicas, o maior entrave da iniciativa será a falta de infraestrutura escolar - de espaços físicos aptos a receber aulas de esporte até professores habilitados. Segundo o Censo Escolar, levantado pelo Ministério da Educação em 2009, apenas 18% das escolas municipais do ensino fundamental têm quadras esportivas, e 31% delas não contam com professores de educação física.

"Precisamos amarrar o setor público, de forma a tornar compulsório o investimento em aulas de esporte nas escolas públicas", diz Raí. Segundo Daniela Castro, coordenadora-executiva da Atletas pela Cidadania e organizadora do projeto, a ideia é aproveitar os holofotes nos grandes eventos esportivos para "mostrar aos secretários, prefeitos, governadores e ministros que a implementação do projeto terá forte retorno social".

A entidade já conseguiu dos ministros Fernando Haddad, da Educação, e Orlando Silva, do Esporte, o comprometimento com a criação de um comitê interministerial para acompanhamento do projeto. O comitê deve ser formado no segundo semestre, quando as expedições da associação dos atletas às 12 cidades-sedes começarão.

"Trata-se de uma iniciativa inovadora", diz Denise Hills, superintendente de Sustentabilidade do Itaú Unibanco, "porque a ONU mesmo destacou que não há registro de uma associação de atletas entrar com dinheiro próprio para tentar implementar, junto ao setor público, aulas de esportes para todas as escolas".

Na apresentação do projeto, hoje, além de divulgar o apoio da Procter & Gamble, a Atletas pela Cidadania contará com a presença de alguns integrantes, como as ex-jogadoras de basquete Hortência e Paula, Clodoaldo Silva, da natação paraolímpica, e Ana Moser, do vôlei. Ao todo, são 120 convidados.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 09/05/2011
Assunto: Professora da USP monta merenda saudável que custa até R\$ 0,80		Página: online

Professora da USP monta merenda saudável que custa até R\$ 0,80
Com pouco dinheiro, é possível servir uma merenda com qualidade aos alunos. O maior problema da merenda hoje não é a falta de verba.

É muito simples preparar um cardápio de qualidade e barato para nossas crianças. Uma professora dos cursos de graduação de Ciências dos Alimentos da Universidade de São Paulo (USP) dá dicas.

É o Ministério da Educação que determina o que deve ter no prato dos estudantes. A merenda precisa suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias e ter, pelo menos, três porções de frutas e hortaliças por semana. Doces e alimentos enlatados, semiprontos e embutidos podem ser oferecidos, mas com moderação. Exemplo de embutido é a salsicha, muito comum nas escolas por onde passamos.

Levamos os cardápios de algumas escolas que visitamos para a professora Gilma Sturion, do curso de graduação de ciências dos alimentos da USP. Todos apresentavam problemas.

“Têm baixo valor energético. Também a gente vê que é muito deficiente em frutas e hortaliças”, afirma a professora Gilma Sturion.

Para explicar melhor, a professora montou alguns pratos. “Infelizmente a sopa não atende a necessidade energética. Ela é muito adotada, porque é de baixo custo. Esse é um dos cardápios encontrados por aí”, aponta a professora. “As refeições têm baixo valor energético, não chegam a 200 calorias. Teriam de ter 400, no mínimo”, acrescenta.

A professora mostra que, com pouco dinheiro, é possível servir uma merenda com qualidade aos alunos. “Nós temos arroz e feijão, um prato básico dos brasileiros, carne, uma salada de alface com beterraba e um chuchu refogado. Esse prato sairia por R\$ 0,80. Isso porque a gente colocou carne. Se fosse frango, custaria R\$ 0,60. Tranquilamente, você poderia montar um prato desses”, garante Gilma Sturion.

Um risoto de frango sairia por, no máximo, R\$ 0,60. “Nós temos frango, cenora, vagem e milho verde. Ele está bem completo e a gente serve com suco de laranja ou de maracujá, que complementam bem o cardápio”, diz a professora Gilma Sturion.

A professora Gilma Sturion diz que o maior problema da merenda hoje não é a falta de dinheiro. “Os gestores teriam de ter vontade política de investir no programa de alimentação escolar. Se tem o dinheiro, por que não investir?”, indaga.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 10/5/11
Assunto: Apagão da tecnologia		Página: 12

Apagão da tecnologia

MOACIR ANTÔNIO MARAFON *

Faltam profissionais nas empresas de tecnologia de Florianópolis e de Santa Catarina. Nunca se falou tanto do iminente apagão da mão de obra – e não só a da tecnologia, como a dos mais diversos segmentos, em tempos de crescimento acelerado do Brasil. Nos últimos anos, a Associação Catarinense de Tecnologia (Acate) não tem medido esforços para enfrentar este problema, com soluções que envolvem as próprias empresas, instituições de fomento, centros de ensino, governo e todos os atores que têm como lema o investimento maciço em formação e qualificação. O apoio do poder público é fundamental e, por meio dele, ajudamos a criar em Florianópolis a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável. Dois projetos entre Acate e prefeitura merecem destaque: o Aluno Monitor/Desafio Digital, que visa a despertar o interesse pela tecnologia nos jovens das escolas públicas, e o mapeamento dos recursos humanos. Mapeamos todas as carreiras, ha-

bilidades e competências existentes entre os profissionais que atuam no setor tecnológico. Identificamos o número de profissionais empregados, a demanda reprimida do setor, o perfil e a qualificação técnica dos profissionais buscados pelas empresas, a expectativa de empregos gerados nos próximos anos, etc. Junto às instituições de ensino, identificamos os cursos oferecidos na área, qual a grade curricular, quantas vagas são abertas e quantos profissionais formam anualmente para o mercado.

O resultado desta pesquisa, que foi apresentado ontem, em Florianópolis, irá nortear os futuros investimentos em capacitação da mão de obra de tecnologia, tanto por parte das empresas quanto por parte do poder público, por meio de políticas de fomento e incentivo. Com esforços conjuntos e de forma colaborativa, conseguiremos não só superar a adversidade do apagão de profissionais, como também gerar oportunidade de emprego e renda para milhares de jovens da nossa região.

* Vice-presidente da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notas e Informações	Data: 06/05/2011
Assunto: Mais tempo em sala de aula		Página: 03

Mais tempo em sala de aula

A carga horária escolar mínima anual no ensino infantil, fundamental e médio está sendo aumentada novamente. Houve um aumento há 15 anos e agora, segundo projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação do Senado, a carga poderá passar de 800 para 960 horas. De autoria do senador Wilson Matos (PSDB-PR), suplente do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o projeto segue para a Câmara.

Na mesma sessão, a Comissão de Educação aprovou outro projeto de Matos. Elaborado com base nos indicadores de três mecanismos de avaliação – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Programa Internacional de Avaliações de Alunos –, ele aumenta de 75% para 80% a frequência mínima exigida para aprovação de alunos dos ensinos fundamental e médio. A proposta inicial era de frequência mínima de 85%, mas os senadores a consideraram exagerada, alegando que ela prejudicaria os alunos que trabalham, podendo se converter em motivo de evasão escolar, em vez de ser uma solução para o problema do excesso de absentismo nas escolas.

O primeiro projeto prevê que o aumento da jornada escolar mínima de 800 para 960 horas poderá ocorrer de duas formas. A primeira é por uma elevação do turno diário nas escolas de 40 minutos. A segunda forma é por meio da ampliação

do calendário anual das escolas em mais 20 ou 40 dias no ano – o número de dias varia conforme a escala de atividades adotada em cada escola. Qualquer que seja a opção do estabelecimento de ensino, afirma o autor da proposta, o aumento da presença dos alunos em sala de aula assegura aos professores o tempo necessário para oferecer mais informações aos alunos e trabalhar melhor os conteúdos previstos pelo currículo.

O Brasil é um dos países em que a rede de ensino básico tem a menor carga horária escolar em todo o mundo (entre

Problemas do ensino não se resolverão aumentando o número da horas de aula

nós, só as boas e caras escolas privadas das grandes capitais costumam ter uma jornada superior a 800 horas por ano). Se os projetos aprovados pela Comissão de Educação do Senado passarem pela Câmara e forem sancionados pela presidente Dilma Rousseff, o Brasil superará a carga mínima exigida em muitos países desenvolvidos. Entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a carga média é de 837 horas por ano.

Os dois projetos foram recebidos com reservas pelos especialistas em pedagogia. Eles consideram importante o aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola, mas advertem que esse tempo adicional poderá ser inútil, se não for utili-

zado de forma criteriosa pelos professores. Esses especialistas também lembram que, segundo as análises comparativas da OCDE, o Brasil é o país em que os docentes gastam mais tempo com atividades não diretamente relacionadas ao ensino.

Para os diretores e coordenadores pedagógicos, além disso, o aumento da frequência na sala de aula vai aumentar gastos, pois haverá a necessidade de adaptar a estrutura física das escolas para receber alunos por mais tempo, de rever os turnos escolares e de contratar mais professores e servidores administrativos. Nas escolas particulares, por exemplo, os docentes ganham por hora trabalhada. A estimativa é de que, com o aumento da jornada, as mensalidades poderão ser majoradas em até 35%. “Não vejo eficácia no projeto, pois a qualidade da educação não depende da quantidade de horas na escola, e, sim, de processos diferenciados de aprendizagem e de melhores condições de ensino”, diz o presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais, Emiro Barbini. Já os líderes sindicais do magistério público questionam os dois projetos, lembrando que eles podem sobrecarregar alunos e docentes, prejudicando o ensino, em vez de melhorar sua qualidade.

Preocupado com o Plano Nacional de Educação, que continua tramitando lentamente no Congresso, o MEC não se manifestou com relação aos dois projetos de iniciativa do Senado. Se forem aprovados pela Câmara dos Deputados, as mudanças entrarão em vigor em 2013.